



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

PORTARIA nº. 0252/2016/DG - Manaus, 26 de setembro de 2016.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o teor da Portaria Nº 820/2015/SGP, e em cumprimento ao inciso III do parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

R E S O L V E

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Egrégio Tribunal, em anexo, 2º Quadrimestre - Demonstrativo da Despesa com Pessoal, referente a setembro/2015 a agosto/2016.

assinado eletronicamente

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA

Diretor-Geral

| OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO) 2

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª. REGIÃO
ATO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2015 A Agosto/2016
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")
R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RAP NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	343.937.050,60	1.761.497,99	345.698.548,34
Pessoal Ativo	243.417.601,25	865.010,59	244.282.611,84
Pessoal Inativo e Pensionistas	100.519.449,10	896.487,40	101.415.936,50
Outras desp.pessoal dec. contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da	0,00	0,00	0,00

LRF) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	84.106.311,78	1.638.060,00	85.744.371,78
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.084.500,01	1.636.268,40	4.720.768,41
	81.021.811,77	1.791,60	81.023.603,37
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	259.830.738,57	123.437,99	259.954.176,56

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	695.041.042,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	37,383510%	0,017760%	37,401270%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,066021%		458.873,05
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,062720%		435.929,39
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,059419%		412.985,74

FONTE: SIAFI - Núcleo de Contabilidade/TRT11ª.Região, 23/set/2016, às 13h e 45 mim.
 Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas.
 No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não
 processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência,
 as despesas executadas estão agregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material
 ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não
 processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35,
 inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Os gastos com Precatórios de Requisição de Pequenos Valores na Ação 0625-RPV,
 foi consolidado no valor de R\$ 3.622.167,99

3 - Os gastos com Precatórios na Ação 0005 (Administração Direta e Indireta), foram
 executados no valor de R\$ 1.109.983,00.

MARIA DAS GRAÇAS ALEGRIM MARINHO
 Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
 Ordenador da Despesa.

LUANA JOIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
 Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças.

CLAUDIO HENRIQUE CORRÊA
 Chefe do Núcleo de Contabilidade

HAMILTON LIZARDO DE SOUZA
 Diretor da Coordenadoria de Controle e Auditoria

(*) Republicada com correção no anexo, publicado no DEJT, Edição